

ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA: os assentamentos rurais em Cáceres-MT

Área Temática: Espacios rurales, agricultura y seguridad alimentaria.

TÂNIA PAULA DA SILVA

Profa. Dra. do Curso de Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso. Campus de Cáceres-MT. Email: tanggela@bol.com.br

JACOB BINZSTOK

Prof. Dr. do Curso de Geografia da Universidade Federal Fluminense. Campus de Niterói-RJ. Email: jacob.binzstok@uff.br

RESUMO: O objetivo principal desta pesquisa foi o de conhecer, analisar e discutir as condições de reprodução camponesa no Estado de Mato Grosso. Esta temática surge da necessidade de compreender a reorganização do território mato-grossense, isto é, a transformação do latifúndio em áreas de (re)criação do campesinato, em específico em Cáceres/MT, região de fronteira Brasil-Bolívia, onde impera áreas com grande extensão para a pecuária e uma enorme concentração fundiária. Portanto, busca-se analisar como esses assentamentos estão organizados e as estratégias de resistência desenvolvidas pelos camponeses assentados para permanecer na terra conquistada.

A pesquisa pautou-se em análises bibliográficas sobre campesinato, território, luta na terra e resistência camponesa, além de informações fornecidas pelo INCRA, MST, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em Cáceres-MT e nos trabalhos de campo realizados nos assentamentos rurais de Cáceres-MT, em específico na fronteira Brasil-Bolívia. Assim, um dos caminhos escolhidos para entender o proposto foi a observação e a análise do dia-dia nos assentamentos. Essa escolha permitiu compreender que no atual contexto político-econômico, a organização de diferentes formas de produção e reprodução camponesa para permanência na terra conquistada constitui-se em estratégias de resistência contra a sujeição da renda e expropriação a que os camponeses estão submetidos no modo de produção capitalista. Os resultados deste trabalho revelam a necessidade de desenvolvimento e implementação de políticas públicas mais equitativas e integradoras, que visualizem o campo não só como um espaço de produção, investimento e especulação, mas também como um território de vida, de produção e reprodução camponesa. Sobretudo, porque a pesquisa comprova que no campo mato-grossense os camponeses resistem, se recriam e se redefinem de diferentes maneiras ao longo do tempo; lutam, antes de tudo, por um projeto de vida que tem como base a tríade família, trabalho e terra.

PALAVRAS-CHAVE: Assentamentos Rurais, Resistência Camponesa, Fronteira, Mato Grosso

INTRODUÇÃO

Este trabalho que apresenta uma discussão acerca do processo de (re)criação camponesa em Mato Grosso, em específico nos assentamentos rurais em Cáceres-MT, região da faixa de fronteira Brasil-Bolívia, é parte da tese de doutorado intitulada “Territórios de Esperança: o processo de (re)criação camponesa em Mato Grosso”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF), orientada pelo professor doutor Jacob Binzstok; que, por sua vez, se insere em um estudo mais amplo financiado pela Rede Pro-Centro-Oeste, Pesquisa e Inovação CNPq/MCT/FAP’s/Capes/FNDCT, intitulado: “Questão Agrária e Transformações Socioterritoriais nas Microrregiões do Alto Pantanal e Tangará da Serra/MT na última década censitária”.

Segundo Carvalho (1998), o termo assentamento pode ser compreendido como:

O conjunto de famílias de trabalhadores rurais vivendo e produzindo num determinado imóvel rural, desapropriado ou adquirido pelo Governo Federal (no caso de aquisição, também pelos Governos Estaduais) com o fim de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à Reforma Agrária. A expressão assentamento é utilizada para identificar não apenas uma área de terra, no âmbito dos processos de reforma agrária, destinada à produção agropecuária e ou extrativista, mas, também, um agregado heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores rurais.

O sucesso e/ou insucesso de muitos projetos de assentamento rural no país podem ser melhor compreendidos lançando-se mão da elucidação das suas dinâmicas internas e externas, das experiências vivenciadas, de sua organização social e produtiva e da relação estabelecida entre os assentados e a terra.

Assim, neste artigo, sintetizarei informações e reflexões coletadas, a partir de observação participante, entrevistas semiestruturadas e relatos orais, junto aos camponeses assentados nos 07 (sete) assentamentos rurais no município de Cáceres-MT, localizados na faixa de fronteira Brasil-Bolívia, no período de 2012 a 2013. Tais informações e reflexões foram complementadas no texto por minhas ponderações e apoiadas, por sua vez, pela literatura sobre os assentamentos rurais no Brasil.

Sendo assim, pretendemos apresentar e discutir o processo de luta pela terra e na terra em Cáceres-MT, caracterizando as territorialidades locais e compreendendo a dinâmica de planejamento presente nesses assentamentos rurais fronteiriços. A ideia principal é analisar como esses assentamentos estão organizados e as estratégias de resistência desenvolvidas pelos camponeses assentados para permanecer na terra conquistada.

Partimos do pressuposto que “o assentamento é o ponto de chegada da luta camponesa no acesso à terra, ao mesmo, tempo, seu ponto de partida e num processo contínuo de luta para a afirmação de sua sobrevivência e reprodução como classe social” (FELICIANO, 2006, p.113). A esse respeito, Carvalho (2005, p. 164) afirma que “a luta pela/na terra é sempre e ao mesmo tempo uma luta pela preservação, conquista ou reconquista de um modo de ser e de trabalho. Todo um conjunto de valores culturais entra em linha de conta como componente do modo de ser e viver do campesinato”. Isso significa dizer que, os assentamentos rurais se colocam como uma possibilidade para os camponeses de (re)criação do seu modo de vida, a garantia de permanência e de sobrevivência do camponês e de sua família na “*terra de trabalho*” e de “*morada da vida*”.

Portanto, desvendar o universo camponês por meio da pesquisa contribui para entendermos as potencialidades, bem como os bloqueios ao processo efetivo de consolidação da Reforma Agrária no Estado de Mato Grosso.

METODOLOGIA

Metodologicamente, o estudo possui uma natureza explicativa ao tentar compreender a transformação ocorrida na vida das famílias assentadas em Cáceres-MT, mais especificamente na fronteira Brasil-Bolívia, com o processo de implementação dos assentamentos rurais até os dias atuais, isto na perspectiva da população assentada.

Para isso, foram adotados vários procedimentos articulados entre si. A revisão da literatura constituiu-se num exercício permanente durante todo o estudo e envolveu levantamento bibliográfico e análises sobre questões referentes a agricultura camponesa e assentamentos rurais no Brasil, tendo por base as discussões de Oliveira (2001/2002), Oliveira e Marques (2004) e Almeida

e Paulino (2010) que discutem a história das lutas sociais no campo e a agricultura camponesa no Brasil; Fabrini (1998 e 2002), Fernandes (2000) e Medeiros (1999) que analisam o desenvolvimento dos assentamentos rurais, retratando as experiências de luta, a trajetória de vida e a forma empreendida por estes trabalhadores na busca por um pedaço de terra, entre outros.

A pesquisa empírica, por sua vez, abrangeu diferentes técnicas de coleta de dados adotadas em metodologia qualitativa: observação participante, entrevistas semiestruturadas individuais, relatos orais com os assentados e registros fotográficos. Deste modo, após a seleção e leitura de várias obras sobre os assentamentos rurais no Brasil e em Mato Grosso, se procedeu à coleta de dados de fonte primária e secundária. Os dados e as informações de fonte primária foram obtidos por meio do trabalho de campo, com visitas *in loco* aos 07 (sete) assentamentos rurais da fronteira Brasil-Bolívia, em Cáceres-MT, são eles: Corixinha, Katira, Jatobá, Nova Esperança, Rancho da Saudade, Bom Sucesso e Sapiquá.

Ressalta-se que a pesquisa em campo buscou contemplar o máximo de sujeitos e de diversidade possível para entendermos as condições de reprodução das famílias camponesas em Cáceres-MT, na região de faixa de fronteira Brasil-Bolívia. Deste modo, ao perambularmos pelos assentamentos rurais experimentamos de perto a receptividade e cordialidade das 140 famílias camponesas visitadas, acompanhamos a lida na lavoura, os cuidados com as criações, com os filhos, com a casa e o lote, participamos das refeições, das festas, das reuniões; nestes períodos vivenciamos o modo de vida camponês, suas atitudes, seus sonhos e suas lutas para a permanência e sobrevivência na terra conquistada.

Os dados de fonte secundária foram obtidos a partir de levantamento realizado junto aos seguintes órgãos: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para levantamento de dados censitários sobre a estrutura fundiária e a produção de alimentos em Mato Grosso e em Cáceres/MT, os quais foram complementados com levantamentos disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/MT); o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, a Coordenação Regional do MST/MT e outros que se fizeram pertinentes ao longo do trabalho e que envolvem a Questão Agrária e, conseqüentemente, dos assentamentos rurais em Mato Grosso.

Após a aplicação dos questionários e entrevistas nos assentamentos rurais em Cáceres/MT procedeu-se à sistematização dos dados e informações coletadas, que foram organizados em forma de texto, permitindo assim uma melhor compreensão dos dados obtidos. Cabe ressaltar que, os dados coletados, constituíram-se em elementos de notável importância para a elaboração e estruturação dos resultados da pesquisa, analisados na perspectiva da pesquisa qualitativa, buscando a compreensão detalhada das situações vivenciadas e das informações levantadas.

LUTA PELA TERRA EM CÁCERES-MT: um olhar sobre os assentamentos rurais na faixa de fronteira Brasil-Bolívia

Cáceres é um município do Estado de Mato Grosso, situado no ponto de confluência entre o rio Paraguai e as rodovias BR-070, BR-174 e BR-364, integra a mesorregião do centro-sul matogrossense e a microrregião do Alto Pantanal, faz fronteira do Brasil com a Bolívia e abrange uma área territorial de 24.796,8 km² (IBGE, 2000). A cidade de Cáceres está situada a 215 km da capital do Estado (Cuiabá), localizada nas coordenadas 16° 13' 42'', latitude Sul, e 57° 40' 51'', longitude Oeste, a 118 metros de altitude acima do nível do mar. Esta localização geográfica lhe coloca como o primeiro município na formação de área alagável do Pantanal Matogrossense (Figura 1).

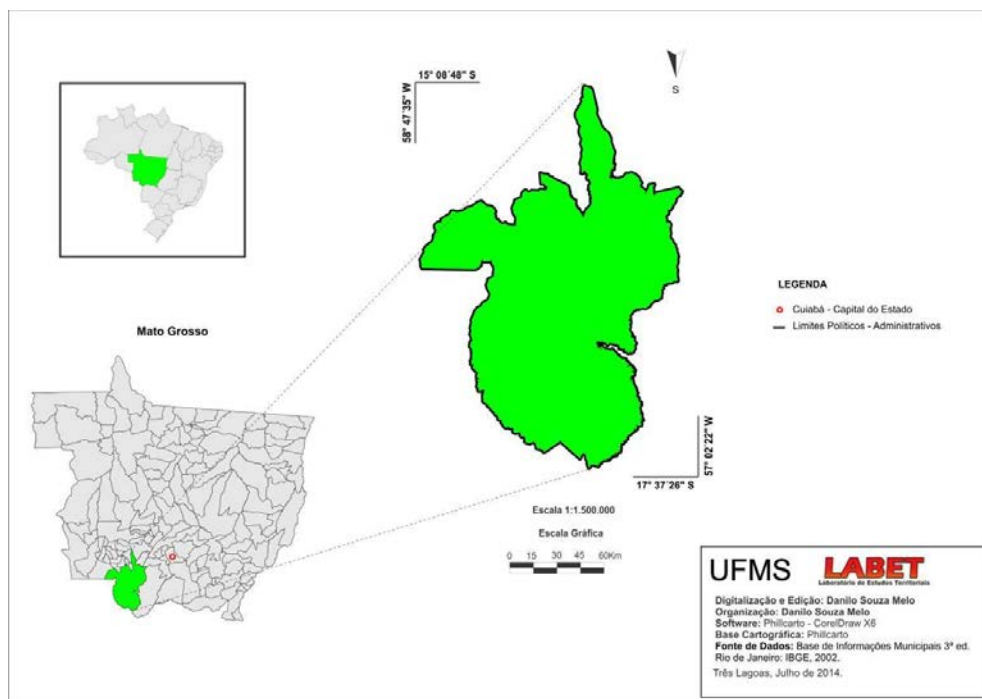


Figura 01- Mapa de Localização do Município de Cáceres/MT
Fonte: MELO, 2014.

Fundada em 1778, a cidade de Cáceres sofreu grandes transformações com as medidas de expansão da fronteira agrícola, adotadas durante a década de 1950 e 1960. A partir da década de 1970, com as mudanças políticas e econômicas no país e a consolidação da modernização da agricultura brasileira, a cidade de Cáceres sofre grandes transformações que contribuíram para o seu desenvolvimento, entre as mais relevantes destaca-se: a construção da Rodovia Cuiabá - Porto-Velho e da Ponte Marechal Rondon (sobre o Rio Paraguai) e o incentivo à produção pecuária da região, a ponto de se constituir em um dos maiores polos de rebanhos de gado bovino do Brasil.

Na atualidade verifica-se que Cáceres tem sua economia aquecida pela atividade de pecuária extensiva, na região de Pantanal, além de pecuária leiteira, cria, recria e de corte, no Pantanal e em regiões de relevo mais elevado. A agricultura predominante é de pequeno porte, com diversas culturas e lavouras de subsistência praticadas em pequenas unidades de produção familiar. Na região da província serrana, a nordeste, e bem próximo à sede do município, começou no ano de 2003 a surgirem às primeiras áreas exploradas para a monocultura de soja e de teca. O município se destaca também porque desempenha a função de polo regional nas áreas de saúde, educação superior e prestação de serviços.

Os movimentos de luta pela democratização do acesso à terra e combate ao latifúndio na Região iniciaram-se em 1996, quando foram organizados vários acampamentos, caracterizando a chegada dos movimentos sociais do campo na região. Cabe ressaltar que, a chegada do MST possibilitou uma melhor organização das famílias no processo de luta pela terra. Deste modo, em 1996, estas famílias, incentivadas pela movimentação nacional de luta pela terra e organizadas pelo MST, a Igreja e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, ambos formadores das lideranças da mobilização inicial da região, iniciaram as primeiras reuniões de base de mobilização para a constituição dos acampamentos na região.

Assim, a efetivação da primeira ocupação ocorreu na páscoa do mesmo ano, mais precisamente na data de 08 de abril de 1996, na fazenda Santa Amélia, no distrito do Caramujo, e contou com a participação de 1.500 famílias. Desta primeira ocupação surgiram dois assentamentos: Che Guevara (que migraria para a região de Tangará da Serra originando o assentamento Antônio

Conselheiro) e Margarida Alves (que originou o assentamento de mesmo nome e as famílias excedentes foi posteriormente para o assentamento Roseli Nunes). Em um segundo movimento de ocupação surgiu o acampamento do Facão que posteriormente geraram os acampamentos Roseli Nunes e Paulo Freire.

A partir destas conquistas outras ocupações e mobilizações foram sendo realizadas pelos acampados e lideranças da luta, entre elas a ocupação da sede do INCRA, por motivos diversos como: a pressão para a agilidade da desapropriação de fazendas improdutivas; a agilidade da definição dos assentamentos; a falta de infraestrutura para a manutenção das famílias acampadas (principalmente nos períodos de pré-assentamento), entre outras. De acordo com lideranças do MST, tais ações políticas, de mobilização e resistência foram amplamente divulgadas na mídia mato-grossense situando de forma explícita o MST como um movimento violento que ameaça a ordem pública e exigia condições para a continuidade de sua desordem; ou seja, a mídia propagava a luta como ação de um bando de baderneiros, que objetiva fundamentalmente tomar a terra dos outros sem ter trabalho algum; essa situação gerou um processo de criminalização da luta e do Movimento.

Neste contexto, foram mais de dois anos de negociação entre MST e INCRA para a compra ou desapropriação de fazendas para realizar o assentamento das famílias em luta. Em 1998 cerca de 100 integrantes do MST ocuparam o INCRA-MT, representando mais de 1.000 famílias dos acampamentos da região de Cáceres, principalmente do Margarida Alves, acampados desde 1996, para pressionar a consolidação do assentamento. Assim, depois de muita tensão e negociação, o movimento de luta consegue a primeira conquista na região, o comodato da fazenda Prata, o qual possibilitava o assentamento de 350 famílias.

O comodato da fazenda Prata para assentamento das famílias acampadas foi uma das primeiras conquistas da luta organizada pelo Movimento aqui no Estado. Na época nós estávamos lutando pela liberação emergencial de três fazendas: a São Saturnino, a Santana, e a Prata. Realizamos várias mobilizações em prol da liberação e desapropriação das fazendas para o assentamento das famílias em luta; pressionamos o Estado, por meio do INCRA, de várias formas, pois sabíamos que o problema da terra em Mato Grosso é político, porque o que não falta aqui é terra [...], foram vários anos de luta para que nossas reivindicações fossem atendidas (LIDERANÇA DO MST EM CÁCERES, 2013).

Essas conquistas resultaram em crescente número de assentamentos implantados no município de Cáceres e região. Assim, segundo o INCRA/MT até o ano de 2011, foram implantados e regularizados 21 projetos de assentamentos no município, nos quais estão assentadas aproximadamente 2.000 famílias, em uma área total de 97.676,32 hectares (quadro 01). Cabe ressaltar que estes assentamentos foram implantados pelo Governo Federal, via INCRA, e são coordenados pelos vários movimentos de luta pela terra no município, sendo eles MST, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, etc.

ASSENTAMENTOS	Nº. DE FAMÍLIAS	ÁREA	CRIAÇÃO
Arraial Santana	-	15.720,00	2005
Barranqueira	77	2.326,05	1999
Bom Sucesso	14	433,2607	2002
Corixinha	71	3.413, 18	2001
Facão	84	1.639,96	2001
Facão/Bom Jardim	168	4.782,47	2006
Flexas	7	309	2002
Flor da Mata	22	1.187,07	2004

Ipê Roxo	28	1.247,00	1998
Jatobá	30	906	1997
Katira	46	1.886,37	2003
Laranjeira I	126	10.944,00	1997
Laranjeira II	33	1.210,00	1997
Limoeiro	166	8.649,39	2000
Margarida Alves	142	3.902,00	1997
Nova Esperança	48	1.695,29	1997
Paíol	221	16.067,41	1997
Rancho da Saudade	47	2.407,46	1997
Sadia/ Vale Verde	422	13.666,91	2003
São Luiz	27	4.033,74	1995
Sapicuíá	39	1.249,77	1999
21 Assentamentos	1.818	97.676,32	

Quadro 01: Número de Assentamentos Rurais e Famílias Beneficiadas no Município de Cáceres/MT

Fonte: INCRA/MT, 2011.

Do total de assentamentos rurais implantados no município de Cáceres-MT verifica-se que na região da fronteira Brasil-Bolívia¹ existe atualmente sete assentamentos rurais devidamente catalogados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), cada um com suas especificidades e em diferentes estágios de desenvolvimento: Corixinha, Katira, Jatobá, Nova Esperança, Rancho da Saudade, Bom Sucesso e Sapiquíá. Esses assentamentos rurais são, em sua maior parte, resultado de pressões dos movimentos sociais de luta pela terra no Mato Grosso e adotados oficialmente como meta/solução pelo Governo para a sempre adiada Reforma Agrária. Portanto,

É a luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra o elemento desencadeador de ações governamentais e/ou de entidades mediadoras que se empenharam para o estabelecimento de políticas fundiárias que sejam capazes de encaminhar solução aos graves problemas decorrentes da alta concentração fundiária no Estado (FERREIRA, *et all*, 1999, p. 212).

A área territorial dos 07 assentamentos rurais no município de Cáceres, região de faixa de fronteira Brasil-Bolívia, é de 11.992,00 hectares, ocupados por aproximadamente 300 famílias, distribuídas em lotes parcelados e de diferentes tamanhos. A maior parte desses assentamentos se constituiu a partir de processos de desapropriação para fins de Reforma Agrária e a prática da agricultura camponesa. Esses assentamentos estão localizados a uma distancia de aproximadamente 70 km da cidade de Cáceres-MT e a pouco mais de 20 km da Bolívia, situação que estimula as relações comerciais com o país vizinho.

No contexto da região analisada, as áreas destinadas aos assentamentos rurais pouco alteraram o quadro predominante da estrutura fundiária, região de grandes latifúndios voltados para a criação de gado, de forma extensiva; mas apresentaram mudanças significativas na composição da paisagem e do território dessa região fronteiriça. Além disso, percebe-se também que esses

¹ A fronteira Brasil-Bolívia compreende uma faixa de aproximadamente 3423,2 km de extensão, dos quais 250 km de território brasileiro estão dentro do município de Cáceres, sob guarnição do 2º Batalhão de Fronteira contribuindo para a segurança nacional através dos Destacamentos Militares da Corixa e Fortuna, com atuação no patrulhamento e manutenção dos marcos de fronteira na área considerada “Zona Neutra” – faixa correspondente e a 25 metros para o lado brasileiro e 25 metros para o lado boliviano, a partir do marco (JANUÁRIO, 2004).

assentamentos rurais exercem importância significativa na interação com o país boliviano, principalmente pelo aumento do fluxo de pessoas com suas práticas sociais e culturais de integração entre as comunidades.

Com base em tais considerações, pode-se afirmar então que a implantação dos assentamentos rurais em Cáceres/MT (não só na região da faixa de fronteira Brasil-Bolívia, mas no município como um todo), causaram, primeiramente, mudanças espaciais, com um rearranjo socioespacial e territorial, dinamizando o espaço do latifúndio da pecuária extensiva, colocando-se como uma possibilidade de articulação de novas oportunidades de produção e geração de emprego e renda, além de propiciar melhores condições de vida as famílias assentadas

RETRATO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM CÁCERES-MT: um olhar sobre a região da faixa de fronteira Brasil-Bolívia

Para compreender as condições de reprodução das famílias assentadas em Cáceres/MT, na região de faixa de fronteira, buscou-se analisar suas trajetórias de vida antes e depois de se tornarem assentadas, como esses assentamentos estão organizados e as estratégias de resistência desenvolvidas pelos camponeses assentados para permanecer na terra conquistada.

Neste sentido, observou-se que, em muitas propriedades visitadas, prevalece entre os titulares do lote a idade entre 45 e 65 anos, havendo uma presença equilibrada entre homens e mulheres; A maioria destas famílias é procedente do próprio município ou da região; grande parte dos titulares dos lotes é casada e/ou vivem em união estável; possuem entre 2 e 4 filhos e, em sua maioria, não completaram o ensino básico.

A maioria dos titulares dos lotes vive no local com a família desde a criação do assentamento, ou seja, residem no assentamento há mais de 10 anos. De acordo com as entrevistas e os relatos, a quase totalidade dos entrevistados veio da zona rural, ou seja, em algum momento de suas trajetórias migrantes tinham ocupação rural, seja como assalariados, parceiros, arrendatários, ex-proprietários de pequenas glebas ou em terras da família, desenvolvendo atividades agropecuárias. Isso significa que embora, nunca tivessem terra, porém, sempre trabalharam na terra.

Em relação a essa heterogeneidade de origens e de trajetórias do “público” beneficiário do programa de Reforma Agrária no Brasil, Martins (2003) conclui que não há como enquadrá-los em uma única categoria; contudo, destaca que há muito de comum na trajetória destes sujeitos, como a migração, exploração, expropriação, desenraizamento, trabalho assalariado urbano e o retorno a terra, a terra de trabalho e de morada.

O acesso ao lote, para a maioria das famílias, aconteceu por meio da luta pela terra, via MST e/ou Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Nos relatos as famílias camponesas revelam que entraram na luta pela possibilidade de ter um lugar para morar, trabalhar e viver, pela segurança de ter uma vida melhor, de garantir um futuro melhor para os filhos.

Percebe-se, a partir dos relatos, que a decisão dos camponeses de entrar na luta pela terra não foi tomada da noite para o dia, como uma decisão mágica, é fruto de todo um processo de expropriação e exploração vivenciada pelos camponeses ao longo de suas vidas. Na luta para retornar a terra esses camponeses acionaram todas as condições possíveis para que este encontro, tantas vezes adiado, se realizasse, como a filiação ao Sindicato, o cadastro no INCRA, a busca e inserção nos movimentos que organizavam a luta pela terra na região da Grande Cáceres, a participação na ocupação e no acampamento, entre outras.

Portanto, não é a terra em um sentido mercantil que moveu esses trabalhadores rurais em direção à luta, mas um projeto de vida baseado na família, no trabalho, na autonomia e na liberdade. Assim, essa terra para os camponeses assentados tem um valor simbólico, pois é mais que um simples objeto, é como ensina Woortman (1990, p. 12):

Expressão de uma moralidade; não se vê a terra em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria.

Neste processo, territorialização camponesa no território dos assentamentos em Cáceres, na faixa de fronteira Brasil-Bolívia, observou-se que as famílias camponesas organizam o trabalho na terra de forma predominantemente individual/familiar, pois acreditam que a exploração de seu lotes de forma individual/familiar e autônoma é o meio mais seguro de garantir a sua permanência na terra. É preciso, contudo, registrar que isso não significa que as formas coletivas de trabalho não existam no território dos assentamentos, pelo contrário, as práticas de sobrevivência dos camponeses, tais como a troca de dias de serviço, o mutirão, a parceria, dentre outras, são ativadas cotidianamente entre vizinhos, amigos e familiares; principalmente, nos momentos de conflitos vivenciados no território dos assentamentos, seja relacionados a produção e comercialização e/ou a manutenção da vida como um todo.

Essas famílias camponesas têm na pecuária leiteira sua principal atividade econômica. Em média 80% das áreas dos assentamentos estão ocupadas com pastagens e apenas 20% com atividades agrícolas. Verifica-se assim uma superioridade da área de exploração pecuária sobre a de exploração agrícola. Sobre isso Almeida (2006), afirma que:

[...] apesar de não proporcionar um retorno financeiro elevado a criação de gado leiteiro passou a representar a alternativa mais viável para gerar renda para as famílias assentadas, principalmente, porque sua produção é diária, implicando numa entrada mensal ou quinzenal de recursos que ajudam a custear os gastos domésticos e até mesmo subsidiar parte das demais explorações de produção.

A produção agrícola nos assentamentos analisados apresenta quadros mais ou menos semelhantes em termos de exploração de cultura temporária, como a mandioca, o milho, o feijão, a cana de açúcar, frutas, legumes e as hortaliças. No espaço da casa-quintal, na maioria dos assentamentos, tem pomar e horta com grande variedade de frutas (laranja, banana, goiaba, limão, caju, manga, abacaxi, maracujá, melancia, acerola, pequi, poncã, limão, etc.); legumes (maxixe, abóbora, quiabo, pimentão, pimenta, etc.) e hortaliças (alface, couve, rúcula, cebolinha, entre outros). Produção essa feita sem o uso de venenos e adubos químicos, com adubação à base de esterco de bovinos e de aves do próprio assentamento.

Há semelhanças também no tocante as criações de animais, já que foram encontradas em todas as áreas a criação de bovinos, seguida da produção de leite e da criação de animais de pequeno porte (galinhas e porcos), os quais são de fundamental importância para a economia da unidade produtiva, principalmente por compor a dieta alimentar e nutricional das famílias camponesas (autoconsumo).

Entre os produtos destinados diretamente ao mercado prevalece a produção de leite e a venda de animais (bezerro, porcos e galinha), esta última estando diretamente relacionada aos momentos de precisão, quando necessário saldar dívidas ou resolver problemas de saúde. Corroborando com tal análise, Almeida (2006) afirma que a criação de bezerros, vacas e porcos servem como:

[...] uma espécie de poupança para as famílias camponesas, pois diante de necessidades financeiras o assentado pode dispor de um animal para ser comercializado e com o dinheiro da venda cobrir as necessidades especiais, tais como: serviços médicos, dentistas, parcelas do crédito recebido, entre outras.

De forma geral, para grande parte dos assentados o desenvolvimento de atividades agropecuárias (agricultura e pecuária) nos assentamentos tem como finalidade o consumo interno das famílias e o trato dos animais, sendo apenas o excedente destinado a venda/comércio. Com a comercialização do excedente de produção ou dos animais os assentados visam a entrada de recursos monetários para a compra de gêneros não produzidos nos assentamentos ou para amenizar os débitos de financiamentos junto aos Bancos.

Neste sentido, verificou-se que a comercialização do excedente de produção ou dos animais nas áreas pesquisadas acontece por meio de canais diversificados, atendendo a situação de cada família e/ou grupos de famílias, entre eles podemos citar: os laticínios da região, a feira e comércio local, no próprio assentamento (venda direta ao consumidor), na Bolívia, entre outras. Destes os canais de comercialização que mais se sobressaem é a venda do leite aos laticínios e/ou cooperativas de Cáceres e região e a venda direta ao consumidor por meio da feira livre existente no município de Cáceres/MT e/ou em municípios vizinhos. Entretanto, segundo os camponeses assentados, produzir em maior quantidade não tem sido uma tarefa fácil, pois a escassez de água, a produtividade da terra, o transporte para escoamento da produção e as dificuldades para acesso aos poucos incentivos governamentais são situações que, muitas vezes, não só os impedem de produzir para comercializar, como também tornam inviável a sobrevivência no lote.

Apesar disso, verifica-se que a produção para autoconsumo e a diversificação dos produtos cultivados (múltiplos cultivos e criação de animais), visando o atendimento das necessidades básicas do grupo familiar e a venda do excedente, são duas importantes estratégias de resistência desenvolvidas pelos camponeses assentados para a organização da vida e permanência no território dos assentamentos. De acordo com Shanin (2008) os camponeses quando acionam tais estratégias de reprodução social não tem como objetivo fundamental o lucro, mas reproduzir-se enquanto unidade de produção econômica camponesa; para tanto trabalham tendo por base o atendimento das necessidades dos membros da família.

No tocante a organização social dos assentamentos percebe-se que a grande maioria dos camponeses entrevistados são representados, a nível local, por associações, que estão voltadas para a melhoria dos sistemas de produção e comercialização das famílias assentadas. Além disso, os camponeses confirmam a existência de apoio da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), organização não governamental, e do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cáceres-MT (STTRs). Pode-se dizer que ambos, FASE e STTRs, visam apoiar a reprodução da agricultura camponesa familiar via resistência à pressão de territorialização do capital. Deste modo, contribuem com informações e assessoria técnica sobre o agroextrativismo, a agroecologia, o planejamento da produção, na elaboração de projetos, entre outros.

No conjunto de assentamentos pesquisados a renda média familiar mensal varia entre 01 e 03 salários mínimos. Sua composição é formada por recursos provenientes da produção agropecuária, do extrativismo e de fontes alternativas provenientes de atividades não agrícolas, tais como a execução de trabalho acessório (atividade assalariada fora da propriedade da familiar), produção de artesanato, acesso a recursos governamentais (bolsa família, aposentadoria, cotas estatais), entre outros.

Ainda, seguindo na perspectiva de explicitar e/ou compreender melhor as condições de reprodução vivenciadas pelos camponeses assentados em Cáceres-MT, na região da faixa de fronteira Brasil-Bolívia, abordaremos as condições de vida das famílias assentadas. As condições de moradia, educação, saúde, alimentação e acesso a bens de consumo foram avaliadas segundo a percepção dos camponeses assentados sobre sua condição de vida atual em relação à situação anterior.

Assim sendo, verificou-se nos assentamentos pesquisados que as casas dos camponeses assentados são, em sua grande maioria, de alvenaria, com piso em cimento e telha de barro, a maioria com até cinco cômodos e com privadas. As famílias camponesas, em sua maioria, fazem uso da energia elétrica, mas tem problemas relacionados a: falta de água para consumo e produção, posto de serviço telefônico, posto de saúde com a presença constante de médicos, escolas com níveis de estudo mais avançados e com uma política educacional voltada para a educação do campo, transporte diário para o deslocamento no interior das áreas e também fora delas, entre outros.

Ressalta-se que nas questões ligadas à saúde e educação que, apesar de haver as unidades físicas (posto de saúde e escolas) no território dos assentamentos, o problema maior é decorrente de seu funcionamento; pois os materiais e recursos humanos necessários para fazer ambos funcionar ainda são insuficientes e/ou não condizem com a realidade camponesa.

Em relação ao acesso aos bens de consumo verificou-se situação semelhante no conjunto de assentamentos pesquisados, ou seja, aumentou o acesso a equipamentos e eletrodomésticos. Assim, do total de famílias entrevistadas, a grande maioria, possuía geladeira, freezer, televisão, máquina de lavar roupa, aparelho de som, liquidificador, ferro elétrico, ventilador, etc. Verificou-se também que uma pequena parcela das famílias são proprietárias de veículos de transporte (bicicleta, moto, carro, caminhoneta) das mais diversas marcas, adquiridos após a chegada no assentamento e em bom estado de conservação.

Em relação a maquinários, equipamentos e implementos existentes nos assentamentos verificou-se que algumas famílias declararam possuir arado, carpideira, triturador de cana e milho, carroça, arado, foice, entre outros. Aqui o mesmo se repete em relação às instalações (casa de moradia, cercas, cocheira, galinheiro, curral, tulha, barracão, chiqueiro, etc.), ou seja, também os equipamentos e ferramentas que aparecem em maior número são aqueles que revelam um baixo poder de compra por parte das famílias.

A assistência técnica é um dos maiores problemas vivenciados pelas famílias assentadas, pois a mesma é inexistente ou insuficiente nas áreas de Reforma Agrária. A carência maior de assistência, de acordo com as famílias assentadas, concentra-se na análise e manejo do solo e manejo da produção animal e vegetal. Em algumas unidades familiares, a assistência técnica tem sido feita pela FASE, que os orienta em relação ao plantio e manejo da produção, oferece cursos de capacitação na área de criação bovina, produção de hortaliças, desenvolvimento de produtos comunitários/caseiros (doces, conservas, artesanato, corte e costura, etc.), etc.

De forma geral, as avaliações realizadas pelas famílias assentadas sobre suas condições de vida antes e depois do assentamento sugerem mudanças positivas após a conquista da terra, pois

segundo as famílias houve melhora em relação às condições de moradia, alimentação, educação e de lazer. Além disso, as famílias afirmaram também que o poder de compra melhorou após a ida para o assentamento.

Frente ao exposto pudemos perceber várias similitudes no que tange ao conjunto dos assentamentos pesquisados. E, mais, um elemento que chama a atenção é o fato de que, apesar da ausência de políticas públicas efetivas para diversos problemas sociais e de infraestrutura nos assentamentos, que acabam limitando e/ou dificultando o dia a dia da vida no campo - falta de abastecimento da água, difícil acesso a saúde, falta de escolas com níveis de estudo mais avançados e com uma política educacional voltada para a educação do campo, difícil acesso a postos de saúde com médicos frequentes, distância dos assentamentos até a cidade de Cáceres, entre outros entraves -, as famílias camponesas assentadas em Cáceres/MT, na região da faixa de fronteira Brasil-Bolívia, são unânimes em afirmar que as perspectivas futuras são boas e que pretendem permanecer na terra conquistada, *terra de morada e da vida*; pois, a condição de assentado possibilitou direitos antes inalcançáveis para muitos, direito à posse da terra e a condições básicas de vida, como possibilitou também o resgate da dignidade de sujeitos historicamente excluídos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciou-se por meio da pesquisa de campo que, os assentamentos rurais, muitas vezes relegados a própria sorte, vêm contrariando, historicamente, muitas teorias que os veem como espécies em extinção, ou ainda, como insignificantes, do ponto de vista de seu papel econômico na sociedade. Tal afirmação é corroborada por esta pesquisa desenvolvida, pois a mesma nos permitiu constatar a realidade vivenciada pelas famílias no campo; comprovando que os assentamentos no município de Cáceres, na região de faixa de fronteira Brasil-Bolívia, têm cumprido uma importante função de inclusão social, já que o acesso a terra trouxe melhorias nas condições sociais e econômicas das famílias assentadas.

Isto significa dizer que, apesar das dificuldades vivenciadas no cotidiano da vida no campo, o desenvolvimento da agricultura camponesa em áreas de Reforma Agrária tem proporcionado as famílias assentadas uma melhor qualidade de vida e de trabalho. Ainda, por meio do trabalho de campo, pode-se apreender que a obtenção da terra é a realização de um sonho, todavia a dura realidade da vida no campo (falta de infraestrutura e de políticas que fortaleçam a agricultura camponesa) exige das famílias muita força e determinação para a permanência e manutenção da terra conquistada.

Por fim, conclui-se que o território dos assentamentos continua a ser uma terra de luta, de diversas lutas; só que agora a luta é contra o capital, é uma guerra cotidiana para permanecer no lote conquistado, na terra de trabalho, a qual permite a organização da produção, do trabalho, da vida camponesa.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Rosemeire A. **Recriação do Campesinato, Identidade e Distinção: a luta pela terra e o *habitus* de classe**. São Paulo: UNESP, 2006.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento Camponês Rebelde: a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e Seus Municípios**. Cuiabá/Secretaria de Estado de Educação: Buriti, 2001.

- FERREIRA, Eudson de Castro. **Posse e Propriedade Territorial: A Luta pela Terra em Mato Grosso**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA – IBGE. **Dados sobre os Municípios Brasileiros**, 2000. In: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 22/07/2010.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA)/FAO. **Relatório de dados dos Assentamentos em Mato Grosso**, 2010.
- JANUÁRIO, Elias Renato da Silva. **Caminhos da Fronteira: Educação e Diversidade em Escolas da Fronteira Brasil-Bolívia (Cáceres-MT)**. Cáceres: UNEMAT Editora, 2004.
- MARQUES, Marta I. (Orgs.). **O campo no século XXI**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.
- MARTINS, José de S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 4ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MEDEIROS, Leonilde S; LEITE, Sérgio. **A Formação dos assentamentos rurais no Brasil: Processos Sociais e Políticas Públicas**. 1º Edição. Porto Alegre / Rio de Janeiro: Ed Universidade / UFRGS/ CPDA, 1999.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de; SOUSA, Inês Cabanilha de & ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. **O Promissor Brasil dos Assentamentos Rurais**. Proposta. n°77, junho/agosto de 1998, p.54-63.
- MORENO, Gisele e HIGA, Tereza C. de Souza. **Geografia de Mato Grosso: território e sociedade**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das Lutas no Campo**. São Paulo: Contexto, 2002.
- SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; e FABRINI, João Edmilson. (Orgs.) **Campesinato. Território em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 26-27.
- SILVA, Tânia P. **As Formas Organizacionais de Produção dos Camponeses Assentados no Município de Batayporã/MS**. 2004. Dissertação [Mestrado em Geografia]. Universidade Estadual Paulista. “Julio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente.
- SILVA, Tânia P.; ALMEIDA, Rosemeire A.; KUDLAVICZ, Mieczslau. Os Assentamentos Rurais em Cáceres-MT: espaço de vida e luta camponesa. In: **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros: Seção Três Lagoas**. Três Lagoas: AGB, 2012, p. 62-82.
- VIEIRA, Vera H. O; MORENO, Gislaine. **A Transformação Sócio-Espacial na Região de Cáceres/MT, sob Influência dos Assentamentos Rurais**. EnGEO, 2004.
- WOORTMANN, Klaas. Com Parente Não se Negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, n° 87. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.